

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3168010220210806122516

Processo 0831329-53.2020.8.23.0010 ☆ - (240 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces



Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros



Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

60 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 60

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	60	06/08/2021 12:25:16	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	Procurador
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021)	
	60.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2775455MANIFESTACAOSOBREDOCS01.pdf
			Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/08/2021 com prazo de 5 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 54) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021) e ao evento de expedição seq. 56.	
	59	31/07/2021 01:36:19	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO	
	58	29/07/2021 11:13:38	Thiago Amorim Dos Santos
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021)	Advogado
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Harley Rhamon Ribeiro de Souza) em 29/07/2021 com prazo de 5 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 54) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021) e ao evento de expedição seq. 55.	
	57	29/07/2021 11:05:35	Thiago Amorim Dos Santos
			Advogado
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 54) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021)	
	56	22/07/2021 12:27:59	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES
			Analista Judiciária
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Harley Rhamon Ribeiro de Souza com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 54) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (21/07/2021)	
	55	22/07/2021 12:27:59	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES
			Analista Judiciária
	54	21/07/2021 20:59:42	Rodrigo Bezerra Delgado
		PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Magistrado
		CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
		Responsável: Rodrigo Bezerra Delgado	
	53	21/07/2021 16:21:10	HEBER AUGUSTO NAKAUTH DOS SANTOS
			Analista Judiciário
		JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO	
	52	19/07/2021 09:47:32	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2021)	Estagiária
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08313295320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HARLEY RHAMON RIBEIRO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

DO NEXO DE CAUSALIDADE

DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial **o boletim de atendimento médico não informa a ocorrência de acidente de trânsito.**

Ora Exa., deve se observar também que **o próprio boletim de ocorrência fora registrado apenas 03 meses depois do alegado acidente, pelo próprio autor, não havendo qualquer testemunha do fato ou documento que corrobore com a alegação do acidente narrado pelo autor.**

Deste modo, certo é que os documentos apresentados apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

DA LESÃO APURADA NO 5º DEDO (PODODÁCTILO) DO PÉ DIREITO

Caso ultrapassado o argumento de ausência de nexo de causalidade exposto acima, vem à parte Ré realizar o devido enquadramento da lesão apurada no laudo pericial, de acordo com a tabela prevista em lei.

Em análise ao laudo pericial anteriormente impugnado, o ilustre perito gradou em 50% o percentual de invalidez do segmento corporal acometido, contudo não havia sido claro no tocante ao segmento.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1º Lesão Pé direito ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa
amputação 5º dedo ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

O Laudo Médico realizado em 25/05/2021 no quesito 6, onde se refere segmento anatômico acometido, onde esta escrito "Pé direito, amputação do 5º dedo", quis referi um dano anatômico parcial incompleto com a amputação do 5º dedo (pododáctilo) do pé direito.

Logo, tendo o respeitável *expert* esclarecido que o enquadramento deverá ser realizado pelo **dano anatômico causado no 5º pododáctilo do pé direito**, temos:

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00

Assim, em eventual hipótese de condenação, deverá ser utilizado o método de cálculo apresentado acima.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de agosto de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR